



**CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PALÁCIO WILSON FELICETTI**

**CONTRATO N.º 001/2024**

Contrato que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT e a Empresa STARTNET PROVEDOR E INFORMATICA LTDA - ME, tendo por objeto "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA COM LINK DEDICADO DE VELOCIDADE SIMÉTRICA DE 100MBS DOWLOAD/UPLOAD, COM FORNECIMENTO DE IP PÚBLICO PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT".

Que fazem entre si, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU com sede à Av. 07 de Setembro, s/nº Bairro Jardim Primavera, inscrito no CNPJ sob o nº 37.465.895/0001-40, representado pela sua Presidente Srª. **ADRIANE MARI LOUREIRO PESTANA**, brasileira, enfermeira, residente e domiciliado EM Ouro Verde dos Prioneiros, s/nº na cidade de Cotriguaçu – MT, Portador de C.I. RG nº 25.523.223-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob o Nº 200.080.948-02, que doravante passa a ser identificado e chamado de "CONTRATANTE", e a Empresa **STARTNET PROVEDOR E INFORMATICA LTDA - ME**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.881.504/0001-84, situado à AV. 20 De Dezembro, nº 47 – Sala 2 – Centro – Cotriguaçu/MT, neste ato representado pelo Srº Ademir Paulo Lusa, portador do CPF nº 581.577.941-53, denominado "CONTRATADO", doravante denominada simplesmente **Contratada**, comungado com a observância e cumprimento das seguintes cláusulas contratuais, abaixo discriminadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1.O objeto do presente contrato é a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA COM LINK DEDICADO DE VELOCIDADE SIMÉTRICA DE 100MBS DOWLOAD/UPLOAD, COM FORNECIMENTO DE IP PÚBLICO, CONFORME DESCRIÇÃO:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR TOTAL
1	12 MESES	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA COM LINK DEDICADO DE VELOCIDADE SIMÉTRICA DE 100MBS DOWLOAD/UPLOAD, COM	R\$ 880,00	R\$ 10.560,00
TOTAL GERAL			R\$ 880,00	R\$ 10.560,00

1.2 – A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE acesso a portal WEB com no mínimo as seguintes informações:

- Identificação do ponto de acesso e respectivo número do acesso;
- Velocidade do acesso;
- Informações do tráfego de entrada e saída;

*Adriane*

*Florentino Apdo. Martins*  
OAB/MT 9659-B





**CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PALÁCIO WILSON FELICETTI**

1.3 - Em caso de defeito a CONTRATADA iniciará o atendimento em até 4 (quatro) horas para resolução.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 - O regime de execução do presente contrato é GLOBAL, conforme as necessidades do Legislativo Municipal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 – As partes de comum acordo ajustam o valor global do contrato em R\$ 10.560,00(Dez mil quinhentos e sessenta reais)

3.2 - O valor do contrato ajustado entre as partes será pago em 12 (doze) parcelas no valor de R\$ 880,00(Oitocentos e oitenta reais).

**CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 – O pagamento será efetuado através de transferência bancária emitida em favor da Contratada, no prazo de até 08 dias, após a entrega do objeto da licitação, caracterizado pela apresentação da Nota Fiscal, atestado pelo Setor de Compras da Câmara.

4.2 – Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que a contratada faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao nome e número de banco, da agência e de sua conta corrente.

4.3 – Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra a efetiva entrega do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, o pagamento correspondente à parte de objeto que, mediante autorização da Administração, for recebido parcialmente.

4.4 – Em caso de atraso no pagamento, os valores devidos serão corrigidos pela variação do IGPM havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

4.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRAZOS DE EXECUÇÃO**

5.1 – O presente contrato vigorará a partir de 02 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado, na forma prevista no artigo 107, da Lei nº 14.133/21e alterações posteriores.

5.2 - A CONTRATADA ficará obrigada a entregar os serviços de imediato após a solicitação, contados do pedido efetuado pelo Departamento de Compras da Câmara Municipal de Cotriguaçu.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

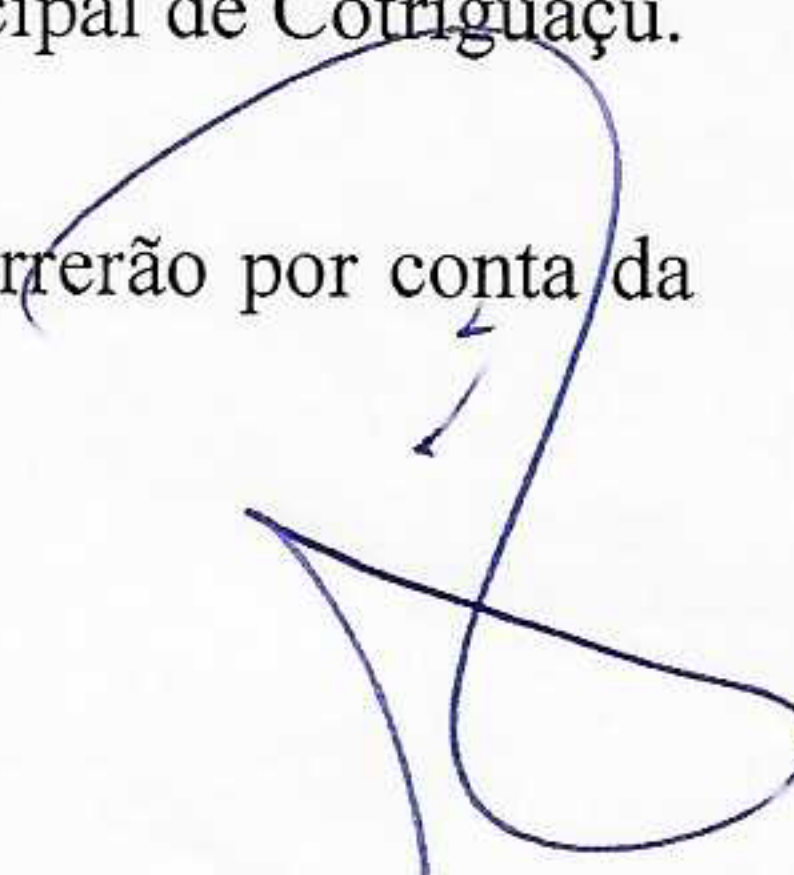
6.1 - As despesas para pagamento do preço referente ao presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

**ÓRGÃO:** 01 – Legislativo Municipal  
**UNIDADE:** 001 - Legislativo Municipal  
**FUNÇÃO:** 01 – LEGISLATIVA  
**SUB-FUNÇÃO:** 031 – AÇÃO LEGILASTIVA  
**PROGRAMA:** 0001-PROCESSO LEGISLATIVO

**PROJETO/ATIVIDADE:** 2072 – MANUTENÇÃO COM ENCARGOS DA  
**CÂMARA MUNICIPAL**

CNPJ: 37.465.895/0001-40

AV. 07 DE SETEMBRO, Nº 151, BAIRRO JARDIM PRIMAVERA, COTRIGUAÇU/MT  
TELEFONES: (66)3555-1226 ou 1511, E-MAIL: camaracotri@gmail.com

  
**Florentino Apdo. Martins**  
**OAB/MT 9659-B**





**CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PALÁCIO WILSON FELICETTI**

**ELEMENTO DESPESA: 3390.39 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1. Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto deste Contrato;
- 7.2. Aplicar à contratada penalidades, quando for o caso;
- 7.3. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- 7.4. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 7.5. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

**CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DE EXECUÇÃO PELA CONTRATADA**

- 8.1. Fornecer o objeto nas especificações contidas neste Contrato;
- 8.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- 8.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- 8.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 8.5. Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 8.6. Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no presente termo.

**CLÁUSULA NOVA - DA GARANTIA**

- 9.1 – A prestação da garantia está dispensada, nos termos do art. 96, da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

- 10.1- Os casos de inexecução do objeto deste Contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, das quais destacam-se:
  - a) advertência;
  - b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
  - c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
  - d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
  - e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.
- 10.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
- 10.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 10.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.
- 10.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

*Adriano*





**CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PALÁCIO WILSON FELICETTI**

10.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 138 da Lei 14.133/21.

10.6 - O Legislativo Municipal poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

10.7 - O Legislativo Municipal poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei nº 14.133/21 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO**

11.1 - Ocorrendo eventualmente necessidade de reparar, corrigir, remover ou reconstituir, no total ou em parte o produto, o objeto do contrato, essas correções são de responsabilidade total do Contratado, conforme determina a Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

12.1 A rescisão do presente contrato pode ser:

§ 1º - Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termos de processo de licitação, desde que haja conveniência para a Câmara Municipal.

§ 2º - Administrativa, por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a III do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021.

§ 3º - Judicial, nos termos da legislação processual;

§ 4º - Em qualquer caso da rescisão administrativa, responderá as sanções previstas no artigo 139 e seus incisos da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO**

13.1 - A inexecução total ou parcial enseja sua rescisão, com as conseqüências contratuais, conforme artigo 155, incisos I a XII da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REAJUSTAMENTO**

14.1 - Os preços contratuais serão reajustáveis, conforme artigo 124 e seus incisos da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ORIGEM**

15.1 - O presente instrumento contratual advém de dispensa de processo licitatório, por não atingir o valor previsto para licitação conforme artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de ABRIL de 2021, e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROPRIEDADE, DA SEGURANÇA E DO SIGILO.**





**CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PALÁCIO WILSON FELICETTI**

- 16.1. A empresa será responsável pela segurança, guarda, manutenção e integridade dos dados, programas e procedimentos físicos de armazenamento e transporte das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente.
- 16.2. Guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.
- 16.3. Reconhecer, ainda, como prestadores de serviço por força de um Contrato, sem vinculação direta com as atividades desenvolvidas, que todo e qualquer trabalho realizado ou desenvolvido será de exclusiva propriedade da Câmara Municipal de Cotriguaçu-MT.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO DOMICÍLIO E FORO**

As partes elegem como domicílio legal o foro da Comarca de Cotriguaçu/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por privilegiado que seja. E por estarem devidamente acordadas, declaram as partes contratantes, aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas deste Instrumento Contratual, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 14.133/2021, bem como as demais normas complementares.

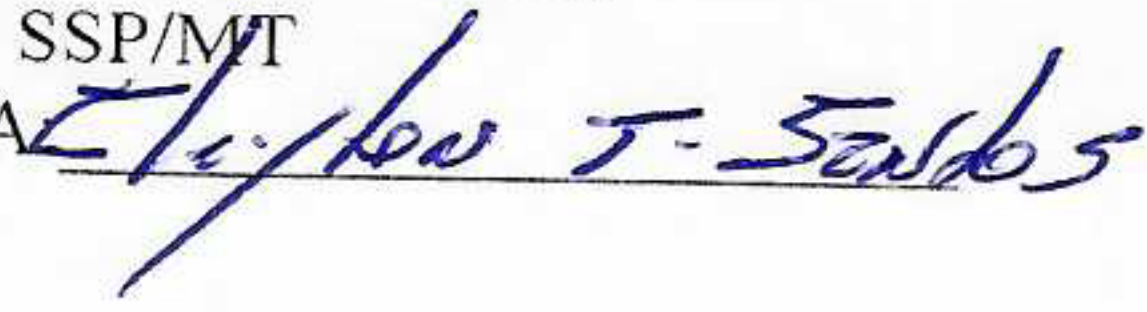
Cotriguaçu/MT, 02 de janeiro de 2024.

**CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU**  
**ADRIANE MARI LOUREIRO PESTANA**  
**CONTRATANTE**

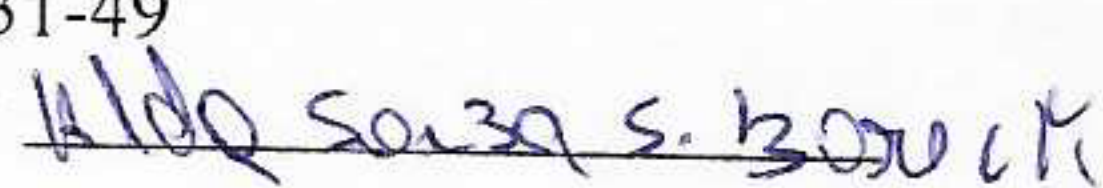
**STARTNET PROVEDOR E INFORMÁTICA – ME**  
**ADEMIR PAULO LUSA**  
**CONTRATADO**

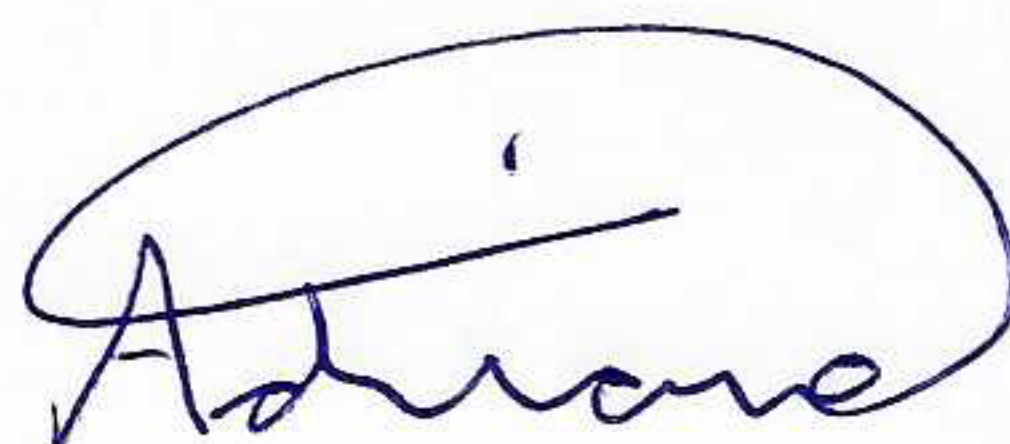
Testemunhas:

1) Nome: **Cleyton Junior Santos**  
CPF: 1346099 SSP/MT

ASSINATURA: 

2) Nome: **Alda Souza da Silva Boreck**  
CPF: 959.136.531-49

ASSINATURA: 



  
**Florentino Apdo. Martins**  
**OAB/MT 9659-B**

CNPJ: 37.465.895/0001-40

AV. 07 DE SETEMBRO, Nº 151, BAIRRO JARDIM PRIMAVERA, COTRIGUAÇU/MT  
TELEFONES: (66)3555-1226 ou 1511, E-MAIL: camaracotri@gmail.com



**CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA****PORTARIA N° 012/2024**

PORTARIA N° 012/2024

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão de férias normais ao servidor Lucas César Lima Jardim da Câmara Municipal de Carlinda, e dá outras providências".

O Senhor José Henrique Bertipaglia, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder férias normais ao servidor Lucas César Lima Jardim, Matrícula nº 88, Advogado, pelo período de 05 de fevereiro a 05 de março de 2024, correspondente ao período aquisitivo de 01/06/2022 a 01/06/2023.

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação no local de costume, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Carlinda, em 29 de janeiro de 2024.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

JOSE HENRIQUE BERTIPAGLIA

Presidente da Câmara

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA**  
**PORTARIA N° 09/2024 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS**  
**PARA SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA.**

PORTARIA N° 09/2024

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA.**

**GEANCARLOS FRANCISCO GUIMARÃES**, presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - - Concede férias, com 10(dez) dias convertido em abono pecuniário, para a servidora conforme discriminada:

NOME	MAT	PERÍODO	GOZO
Fernanda de Sousa Mesquita	115	18/01/2023	01/02/2024
		à 17/01/2024	à 20/02/2024

**Art. 2º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa - MT, aos 29 de janeiro de 2024.

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA**  
**PORTARIA N°10/2024 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE**  
**ELEVAÇÃO AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**CONFRESA-MT.**

PORTARIA N°10/2024

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.**

**GEANCARLOS FRANCISCO GUIMARÃES**, Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Considerando a Avaliação Anual de Desempenho dos Servidores e data de posse dos servidores desta Casa de Leis, fica concedida elevação de nível e Classe, conforme planilha abaixo:

SERVIDOR	NÍVEL E CLASSE ATUAL	NÍVEL E CLASSE ENQUADRADO
MARCIA LUIZA DO AMARAL	B-3	B-4
THIAGO JUSTEN DE MORAIS	B4	C5

**Art. 2º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa - MT, aos 29 de janeiro de 2024.

**CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 01/**  
**2024**

**CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA- MT**, baseado no resultado apontado na Dispensa de Licitação resolve **RATIFICAR** o ato de Inexigibilidade de Licitação N° 01/2024, segundo os termos do art. 74, inciso III, alínea f da Lei 14.133/21., nos autos do Processo Administrativo 005/2024, que foi inexigível a licitação em razão do treinamento e aperfeiçoamento de pessoal que tem por objeto: o **CURSO PRÁTICO: OFICINA PRÁTICA DE PREGÃO ELETRÔNICO, CONCORRÊNCIA E DISPENSA ELETRÔNICA, NA LEI DE LICITAÇÕES N° 14.133/2021**, a ser realizado nos dias 01 e 02 fevereiro de 2024 em Cuiabá - MT ,para a capacitação dos servidores, **ITAMARA PAIS PEREIRA DA SILVA; WESLAINE DA SILVA SANTOS; CARLOS ROBERTO RIBEIRO FILHO e THIAGO JUSTEN DE MORAIS**, conforme quantidades, condições e especificações técnicas contidas no aviso de contratação e Termo de Referência e torna público aos interessados a presente Inexigibilidade de Licitação em favor da empresa **AVANTE - INSTITUTO DE CAPACITACAO E EVOLUCAO HUMANA LTDA, CNPJ N° 44.448.585/0001-82**, no valor total de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).

Confresa, 29 de janeiro de 2024.

**GEANCARLOS FRANCISCO GUIMARÃES****PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA****CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**CONTRATO N° 001/2024**

Data: 02/01/2024 – EMPRESA: STARTNET PROVEDOR E INFORMATICA LTDA – ME; OBJETO: **FORNECIMENTO DE INTERNET FIBRA ÓTICA COM LINK DEDICADO COM VELOCIDADE DE 100 MB PARA DOWNLOAD E UPLOAD, DEDECADA COM FORNECIMENTO DE IP PÚBLICO, PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU; VALOR TOTAL: 10.560,00; PRAZO: 31/12/2024 – SEM LICITAÇÃO.**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**CONTRATO N° 002/2024**

Data: 02/01/2024 – EMPRESA: **G. T. SILVA LTDA** - OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE SEGURANÇA ELETRONICA COM ALARME 24 HORAS E COM ATENDIMENTO TÁTICO NO LOCAL, PARA O PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, COM 21 SENSORES E FIOS FORNECIDOS PELA**